



Anúncio de Abertura de Período de Apresentação de Candidaturas

N.º 015 / 2020 / Mar Açores oriental

Tipologia: Inovação em espaço marítimo

Portaria n.º 61/2017, de 4 de agosto, alterada e republicada pela

Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio

A submissão de candidaturas ao abrigo do regime de apoio aprovado pela Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, na sua versão atualmente em vigor, no âmbito da Inovação em Espaço Marítimo, é efetuada no período compreendido entre os dias 25 de novembro a 20 de dezembro de 2020, até às 18:59:59 horas (GMT Açores).

Em coerência com o disposto no artigo 11.º do citado Regime de Apoio, a presente abertura rege-se pelos termos e condições seguintes:

1. Legislação Aplicável

O presente anúncio não dispensa a consulta de toda a regulamentação e orientações aplicáveis, nomeadamente:

- Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio alterada e republicada pela Portaria n.º 22/2020 de 21 de fevereiro de 2020
- Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio
- Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro
- Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro
- Outras orientações técnicas aprovadas pela Autoridade de Gestão e divulgadas no respetivo sítio da internet

2. Objetivos e prioridades visadas:

Promover o desenvolvimento local e a diversificação das economias das zonas pesqueiras e costeiras através do empreendedorismo, da promoção do emprego sustentável e com qualidade, da promoção da inovação social e criação de respostas a problemas de pobreza e de exclusão social.

Objetivos específicos:

- Diversificar a base económica das zonas costeiras, valorizando as atividades relacionadas com as pescas e o desenvolvimento de atividades complementares;
- Melhorar as condições de suporte ao desenvolvimento económico, incluindo a promoção, divulgação e comercialização de produtos.



3. Tipologia de operações a apoiar:

São suscetíveis de financiamento as operações que visem:

- Desenvolvimento de investigação e/ ou materialização de novas metodologias de produção ou de organização de entidades, que exercem, ou pretendem exercer, a sua atividade em espaço marítimo;
- Desenvolvimento de novos produtos, serviços e/ou metodologias relacionados com o espaço marítimo, desde que das intervenções resulte a valorização dos produtos utilizados (por exemplo, as algas), designadamente, privilegiando o abastecimento das matérias-primas junto dos produtores/ pescadores locais, ou a engenharia de artigos que promovam a redução da poluição em espaço marítimo integrando o aproveitamento do desperdício;
- Criação ou modernização de micro ou pequenas empresas que desenvolvam atividades económicas inovadoras ligadas ao mar;
- Investigação que considere as diferentes possibilidades económicas em meio marinho, designadamente, a sua reabilitação e mitigação de impactos da ação ambiental e humana ou a exploração de outros usos que vão além da pesca, aquicultura e transformação dos correspondentes produtos;

De modo a poderem ser consideradas inovadoras, e como tal enquadráveis na medida, as operações têm de apresentar, obrigatoriamente, um elemento de novidade ou de melhoria substancial (produto, equipamento, técnica, processo, sistema de gestão ou de organização), ainda que a nível local e o investimento a aprovar deve estar direta e proporcionalmente relacionado com este.

As operações devem preencher as condições previstas no artigo 5.º regime de apoio aprovado pela Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, na sua versão atualmente em vigor.

4. Área geográfica elegível e indicadores de execução material:

A área geográfica corresponde ao território de intervenção do GAL Mar Açores Oriental, a saber:

Concelho	Freguesia
Lagoa	Vila Água de Pau
	Rosário
	Ribeira Chã
	Santa Cruz
Nordeste	Achada
	Achadinha
	Algarvia
	Lomba da Fazenda
	Nordeste
	Salga
	Santana
Santo António, de Nordestinho	
São Pedro de Nordestinho	



Ponta Delgada	<p> Ajuda da Bretanha Candelária Vila das Capelas Fenais da Luz Feteiras Ginetes Livramento Mosteiros Pilar da Bretanha Relva Remédios Santa Bárbara Santa Clara (Ponta Delgada) Santo António São José (Ponta Delgada) São Pedro (Ponta Delgada) São Roque São Sebastião (Ponta Delgada) São Vicente Ferreira </p>
Povoação	<p> Água Retorta Faial da Terra Povoação Ribeira Quente </p>
Ribeira Grande	<p> Calhetas Conceição (Ribeira Grande) Fenais da Ajuda Lomba da Maia Lomba de São Pedro Maia Matriz (Ribeira Grande) Porto Formoso Vila de Rabo de Peixe Ribeira Seca Ribeirinha São Brás </p>
Vila Franca do Campo	<p> Água de Alto Ponta Garça Ribeira das Tainhas Ribeira Seca São Miguel (Vila Franca do Campo) São Pedro (Vila Franca do Campo) </p>
Vila do Porto	<p> Almagreira Santa Bárbara Santo Espírito São Pedro Vila do Porto </p>



Indicador	Estratégia de Desenvolvimento Local aprovada	
Nº empregos criados	Nº empregos criados	6
Nº empresas apoiadas	Nº empresas apoiadas	8
Nº de operações ligadas à pesca e à aquicultura	Nº de operações ligadas à pesca e à aquicultura	9

5. Beneficiários:

Nos termos do artigo 6.º do Regulamento anexo à Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio, podem beneficiar de apoios qualquer entidade, singular ou coletiva, do setor público, cooperativo, social ou privado, com ou sem fins lucrativos, que preencha as condições previstas no artigo 7.º do referido Regulamento.

Os apoios previstos são concedidos nas condições estabelecidas no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) aos auxílios de minimis.

6. Despesas elegíveis e não elegíveis

Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e das fixadas nas orientações técnicas específicas emitidas pela Autoridade de Gestão fixam-se as seguintes regras de elegibilidade das despesas:

Despesas elegíveis	Despesas não elegíveis
Investimentos materiais ou imateriais;	Aquisição e construção de bens imóveis, incluindo terrenos, bem como automóveis;
Obras de reabilitação ou adaptação de edifícios e correspondentes projetos técnicos, quando associados à instalação das empresas a criar no âmbito do projeto;	Equipamentos em estado de uso
Aquisição ou aluguer de equipamentos indispensáveis à realização do projeto e ao cumprimento dos objetivos da operação e sua instalação, sendo fixado um critério de afetação parcial caso o equipamento não esteja integralmente afeto ao projeto;	Telemóveis, material e mobiliário de escritório desde que não integrem as funcionalidades objeto de apoio no projeto sendo de utilização em atividades de natureza complementar administrativa;
Propriedade Industrial, diagnósticos, auditorias, planos de marketing e branding desde relacionados com o objeto da operação a desenvolver.	Despesas que visam dar cumprimento a normas europeias, após a data em que as mesmas se tornaram obrigatórias
Aquisição de equipamentos, serviços e materiais que garantam condições de maior higienização e segurança do pessoal que trabalha no âmbito das intervenções, a apoiar	Trabalhos da entidade beneficiária para ela própria
Honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, para elaboração e acompanhamento da candidatura	
Outras que se considerem fundamentais ou imprescindíveis à natureza da operação	



7. Dotação orçamental:

A dotação orçamental, em termos de apoio público, é de € **100 000,00** dos quais 85% correspondem à comparticipação do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

8. Número máximo de candidaturas admitidas por beneficiário:

Apenas se admite uma candidatura por beneficiário durante a vigência temporal do presente anúncio.

9. Forma e local de apresentação de candidaturas:

As candidaturas são apresentadas e submetidas no **Portal do Mar2020** <https://balcaomar2020.pt/balcao/inicio/auth/login>.

Devem ser submetidos todos os documentos ou declarações que sejam constitutivos da sua elegibilidade.

A falta de informação no formulário de candidatura poderá ser motivo de recusa do pedido de apoio.

10. Critérios de seleção e respetivos fatores, fórmulas, ponderação e critério de desempate:

As candidaturas devidamente submetidas que cumpram as condições de elegibilidade das operações e dos beneficiários, previstas nos artigos 5.º e 7.º do Regulamento anexo à Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio, são selecionadas para hierarquização.

As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Pontuação Final da Operação (PF) para a qual contribuem as apreciações seguintes:

- AT = Análise Técnica – valoriza a qualidade técnica objeto da operação;
- AF = Análise económica e financeira – valoriza a viabilidade do investimento;
- AE = Análise Estratégica - valoriza a contribuição da operação para os objetivos da EDL.

Para operações de investimento elegível igual ou superior a 50.000€ é aplicada a seguinte fórmula:

$$PF = 0,25AT + 0,25AF + 0,5AE$$

Para operações com investimento elegível inferior a 50.000€, ou apresentadas por entidades públicas ou por empresários em nome individual, a AF não é exigível. É exigível o Estudo de Sustentabilidade para as entidades públicas quando o investimento elegível for igual ou superior a 50.000,00€, sendo aplicada a seguinte fórmula:

$$PF = 0,5AT + 0,5AE$$



São excluídas as candidaturas que obtenham menos de 50 pontos na pontuação final (num total de 100) ou 0 pontos em qualquer das apreciações.

A forma de cálculo das pontuações da AT, da AF e da AE é definida no anexo I ao presente aviso.

Em caso de empate, as candidaturas são hierarquizadas de acordo com os seguintes critérios:

- Data / hora de submissão do pedido de receção de candidatura.

Continuando a haver empates após a aplicação dos critérios anteriores caberá ao órgão de administração do GAL Pescas proceder ao desempate, tendo em conta qual o projeto que mais contribui para o alcance das metas e dos objetivos previstos.

11. Forma, nível e limite dos apoios:

Os apoios são concedidos sob a forma de subvenção não reembolsável e limitados tendo em conta:

Limite máximo de investimento elegível	Limite máximo do apoio concedido	Tipologia do promotor
€ 100 000,00	€ 100 000,00	Entidades públicas não geradoras de lucro
	€ 75 000,00	Restantes beneficiários

Nos termos do artigo 9º da Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio e da Estratégia de Desenvolvimento Local aprovada, a taxa de apoio público a conceder por tipologia de beneficiário é fixada de acordo com as seguintes taxas:

Tipologia de promotor	Apoio Público (Máximo)
Todos os beneficiários	85%
Organismo de direito público ou uma empresa encarregada da gestão de serviços de interesse económico geral	100%
Operação preveja o acesso do público aos seus resultados e satisfaça cumulativamente os seguintes critérios: seja de interesse coletivo; tenha um beneficiário coletivo; tenha características inovadoras, se for caso disso, a nível local.	



12. Meios de divulgação e informação complementar:

Complementarmente ao presente Anúncio, um exemplo do formulário de candidatura, a lista de possíveis documentos a apresentar, a legislação e orientações técnicas aplicáveis, estão disponíveis no sítio da Internet do GAL-Pesca Mar Açores Oriental, em www.fund-rg.com/amao.html e no sítio da Internet do Mar 2020, em www.mar2020.pt.

A falta de informação no formulário de candidatura poderá ser motivo de recusa do pedido de apoio.

Poderão ser obtidos esclarecimentos adicionais junto do GAL-Pesca Mar Açores Oriental, através do endereço gal.acoresoriental@gmail.com ou pelo telefone 296 491 399.

Rabo de Peixe, 9 de novembro de 2020

O Órgão de Administração



João Bagnari Castro



Anexo I – Critérios de Seleção

A AT é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

AT – Análise Técnica								
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Valoração (%)	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência		
AT1 Qualidade da operação	70	Relação entre a estrutura de custos e os objetivos perseguidos Pontua quando existe coerência entre a candidatura apresentada, os custos operacionais associados ao desenvolvimento das atividades previstas e os objetivos da operação	70	Totalmente Adequado	100	Formulário e Memória descritiva e anexos		
				Muito Adequado	75			
				Adequado	50			
				Não Adequado	0			
		Qualificação dos recursos humanos envolvidos Analisa a qualificação do beneficiário na área do investimento proposto, através da avaliação das habilitações literárias e da experiência profissional	15	Totalmente Adequado	100		Muito Adequado	75
							Adequado	50
							Não Adequado	0
							Meios técnicos e físicos afetos ao desenvolvimento da operação Pontua quando se verifica que são mobilizados os meios técnicos e físicos necessários à adequada realização das atividades previstas	15
		Adequado	50					
		Não Adequado	0					
		Criação/manutenção de emprego Pontua conforme se trate de criação ou manutenção de postos de trabalho adequados às atividades a desenvolver	60	Totalmente Adequado	100			
							Adequado	50
Não Adequado	0							
Criação de empresas Pontua a criação de uma nova empresa	40					Sim	100	Não



A AE é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

AE – Análise estratégica						
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Valoração (%)	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
AE 1 Contribuição para os objetivos da EDL	60	Relação do projeto com os objetivos da EDL Pontua conforme a convergência da operação para os objetivos da EDL	100	Prossegue >=2 objetivos	100	Formulário de candidatura Memória descritiva e anexos
				Prossegue = 1 objetivo	50	
				Não prossegue	0	
AE 2 Âmbito territorial	10	Impacto do projeto Pontua conforme seja o impacto do projeto no território	100	Internacional	100	
				Regional	95	
				Ilha	85	
				Concelho	75	
				Local	65	
				Sem impacto	0	
AE 3	10	Redes e parcerias	100	sim	100	
				Não	50	
AE 4	10	Valorização de recursos endógenos	100	sim	100	
				Não	50	
AE 5	10	Sustentabilidade Ambiental	100	sim	100	
				Não	50	

A AF é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

– **Projetos com fins lucrativos >= 50.000 euros:**

VE – Análise económico-financeira					
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
VE 1	30	VAL (Valor Atual Líquido)	VAL > 0	100	Formulário de candidatura Memória descritiva e anexos
			VAL = 0	0	
VE 2	70	TIR (Taxa Interna de rendibilidade)	TIR >= 1,5	100	
			TIR < 1,5	0	